

A INCLUSÃO PRODUTIVA DE MULHERES E SUAS PERCEPÇÕES SOBRE SEU PAPEL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Sandra Cristina Santos Alves e Ionara da Nóbrega Amâncio

IFPB

sandrammil@hotmail.combr - nara.cg@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo tem como tema A Inclusão Produtiva de Mulheres e suas Percepções sobre seu Papel na Sociedade Contemporânea. O mesmo surgiu a partir da experiência de Trabalho no Programa Mulheres Mil realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, IFPB, no Centro de Referência em Pesca e Navegação Marítima – CRPNM, no município de Cabedelo. Este Programa trabalha com a finalidade de construir alternativas de geração de trabalho e renda, para uma inclusão social produtiva, proporcionando cursos de Qualificação Profissional, troca de saberes, sabores e experiências sobre as categorias gênero e cidadania, com mulheres em situação de vulnerabilidade social. O objetivo desta pesquisa de cunho qualitativo é dimensionar as percepções que as alunas apresentam sobre o papel da Mulher na sociedade contemporânea, no início e ao final do curso. Este artigo apresenta os dados parciais ou preliminares da pesquisa que está sendo realizada.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão Produtiva, Gênero, Cidadania e Papel da Mulher.

A INCLUSÃO PRODUTIVA DE MULHERES E SUAS PERCEPÇÕES SOBRE SEU PAPEL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

1. INTRODUÇÃO

Na atualidade, há inúmeras análises desenvolvidas pelas ciências sociais e por outras áreas do conhecimento, como também diversos estudos acadêmicos abordando a questão feminina nos seus mais variados aspectos, permitindo assim amplas interpretações e motivando muitas ações e reações de grupos interessados na discussão sobre o direito da participação ativa da mulher nos diversos setores da sociedade, rejeitando as antigas regras preconcebidas e conservadoras, que não admitem a inclusão da mulher no espaço público, para que assim usufrua dos mesmos direitos permitidos ao homem.

A forma de violência socialmente identificável em nossa sociedade é justamente a desvalorização do feminino, que está presente de modo oculto ou latente em atitudes de desrespeito, desvalorização e preconceito para com a mulher.

É sabido que, a condição da mulher na sociedade variou consideravelmente nas diferentes fases da humanidade, e em todas elas, a mulher compartilhou com o homem o esforço de prover sua subsistência, de dominar a natureza e extrair dela os recursos necessários á criação de condições de vida cada vez melhores para o grupo. Assim, ao longo da história ela foi condicionada pelos costumes sócias, religiosos e legais a ter comportamentos diferentes do homem, tais como: fragilidade, timidez, paciência, subordinação, dona de casa e reprodutora, confirmando-lhe assim o seu papel na sociedade e atribuindo-lhe o título de segundo sexo.

Nas últimas décadas a mulher intensificou sua luta no combate à opressão e desigualdades a favor de sua emancipação econômica e social, e pelo direito ao trabalho. Desta forma, alcançou uma igualdade política e social em relação aos homens. Deve-se isto, principalmente, aos movimentos feministas, bem como ao entendimento da sociedade que a legitimou, tendo em vista as conseqüências da divisão sexual do trabalho. O processo de emancipação das mulheres já foi muito lento, hoje, com a tecnologia, tem avançado cada vez mais, uma vez que, com os meios de comunicação, as diversas informações chegam a uma parcela significativa da população, esclarecendo sobre direito universal, liberdade e democracia. As mudanças sociais e as inovações tecnológicas possuem um importante papel na organização das lutas pelos direitos das mulheres, pois

permitem que as pessoas se organizem e comuniquem seus pensamentos de maneira eficiente, abrindo um leque de informações e possibilidades de mobilização.

Diante de uma realidade que é posta há séculos, a sociedade civil e o governo federal por meio das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, definiram um conjunto de temas, princípios, objetivos e parcerias para a formulação e a implementação de políticas para as mulheres, que incluiu objetivos específicos para a Educação, através da Inclusão Produtiva.

A Inclusão Produtiva enquanto serviço de proteção básica é considerada pela Política de Assistência Social como mobilização das capacidades sociais e produtivas das comunidades, buscando induzir ou provocar um processo de desenvolvimento por meio de projetos integrados de educação sócio-profissional, cidadã e ético-política. O ponto de partida é o fortalecimento das formas de organização e iniciativas de produção no território, garantindo novos meios e capacidades coletivas de produção e gestão, com respeito e preservação das formas organizativas, do patrimônio cultural e artístico das comunidades e do meio ambiente. Assim, as ações de inclusão produtiva buscam a ampliação da capacidade de autogestão econômica e social das comunidades, por meio da vivência e troca de experiências sobre formas coletivas de organização da produção, a promoção de arranjos produtivos viáveis e sustentáveis, reconhecendo o papel de protagonista ativo das comunidades na promoção do seu próprio desenvolvimento.

Neste sentido, unindo este conceito a necessidade histórica de inclusão das mulheres, especificamente as que apresentam situação de vulnerabilidade social, na educação e no mundo do trabalho os Institutos Federais e especificamente, o IFPB aderiram a um programa específico na área de gênero, educação e trabalho, denominado Programa Mulheres Mil.

Ao final de 2008, a Lei nº 11.892 instituiu a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, possibilitando a implantação dos Institutos Federais de Educação, enquanto instituições vocacionadas ao arrojado objetivo de inclusão social para populações em estado de vulnerabilidade social, através da educação para o trabalho e a qualificação profissional, passando a ofertar novos Programas específicos de atendimento para as camadas historicamente excluídas de bens culturais e educacionais.

Atendendo a necessidade histórica de inclusão das mulheres na educação e no mundo do trabalho, os IFS aderem a um programa específico na área de gênero, educação e trabalho, denominado Programa Mulheres Mil para a

consolidação das políticas de inclusão social existentes nas Redes Federais de Ensino.

O Programa Mulheres Mil, criado pela Portaria nº 1.015 de 21 de julho de 2011, faz parte das ações do Brasil Sem Miséria, tem como objetivo principal a promoção da inclusão social de mulheres em situação de vulnerabilidade social, trabalhando com a lógica de melhoria da renda e do desenvolvimento do ensino nas comunidades atendidas. O Programa é executado, em parceria, pelos ministérios da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e pelas secretarias de Direitos Humanos e de Políticas para as Mulheres. Estruturado nos eixos educação, cidadania e desenvolvimento sustentável. Funciona a partir da oferta de cursos de formação personalizados, que trazem em seus planos de cursos temas como direitos e saúde da mulher, relações interpessoais e inclusão digital.

O Programa Mulheres Mil no IFPB está presente em 10 de seus Campi, quais sejam: João Pessoa, Cabedelo, Campina Grande, Picuí, Monteiro, Princesa Isabel, Cajazeiras, Sousa, Patos e Centro de Referência em Pesca e Navegação Marítima - CRPNM, oferecendo Qualificação Profissional, em nível básico em diversas áreas a um público feminino e não tradicional. Para efeito deste estudo foi focado o Programa específico do Centro de Referência em Pesca e Navegação Marítima – CRPNM.

O Centro de Referência em Pesca e Navegação Marítima – CRPNM é uma unidade de ensino do IFPB cuja temática visa contribuir para melhoria socioeconômica do setor de pesca e navegação marítima por meio da formação profissional dos pescadores e marisqueiras, marítimos e portuários, proporcionando maior trânsito e inserção no mundo do trabalho, em um trabalho de inclusão social de grande importância. Está localizado na cidade de Cabedelo e proporciona o curso de Qualificação Profissional em Beneficiamento do Pescado a 50(cinquenta) mulheres no Programa Mulheres Mil.

2. METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa do tipo exploratória, que busca aprofundar a análise dos fatos. Quanto ao método, este se caracteriza pelo dialético crítico, que trabalha com as categorias de contradição, historicidade e totalidade. Quanto à população pesquisada, esta compreende 50 mulheres participantes do Programa Mulheres Mil do O Centro de Referência em Pesca e Navegação Marítima – CRPNM e as gestoras do referido Programa. As técnicas

utilizadas para coleta dos dados são a entrevista semiestruturada, análise documental, bibliográfica, oficinas em sala de aula com desenhos ou colagem. As alunas são convidadas a expressarem suas percepções sobre o papel da mulher na sociedade atual, Conforme já referido a pesquisa ainda está em andamento. Portanto, os resultados apresentados a seguir são considerados preliminares.

3. RESULTADOS PARCIAIS E DISCUSSÕES

A pesquisa busca responder ao problema: Quais as contribuições do Programa Mulheres Mil do IFPB - CRPNM na construção da percepção do papel da mulher na sociedade contemporânea de forma igualitária, uma vez que este é um dos objetivos do Programa e uma necessidade para construção da equidade de gênero em nossa sociedade.

A primeira parte da pesquisa realizada por meio de entrevistas e oficinas de pintura e desenho com as alunas demonstraram de uma maneira geral uma visão do papel da mulher, enquanto dona de casa, 80%, tanto os questionários quanto os desenhos, que mostraram a mulher na cozinha (fogão) e cuidando da família. Os outros 20% apresentaram distintas percepções, desde o trabalho fora de casa e a política, lembrando, inclusive a presidente do Brasil. De forma sumária, percebe-se que as diferenças variam com o grau de instrução das alunas, uma vez que são diferenciados, em uma mesma turma há alunas com o ensino médio e outras com o ensino fundamental incompleto. Contudo, visualiza-se que o Programa consegue mobilizar as mulheres, no sentido de proporcionar opções de enfrentamento de situações de vulnerabilidades e melhoria das condições de vida das alunas.

Outro dado importante, que será aprofundado, na conclusão da pesquisa, diz respeito à relação entre a percepção apresentada e a chefia familiar observou-se a partir da primeira aproximação dos dados, que as alunas que demonstraram uma percepção do papel da mulher voltado às atividades do lar, apenas, não se constituem em chefe de famílias ou trabalham.

Entende-se que a chefia familiar feminina é um fenômeno que vem crescendo em nossa sociedade, o conceito normalmente empregado para identificar o membro da família que assume a responsabilidade por todos tem geralmente no homem a figura do provedor. No entanto, esta definição tornou-se insuficiente para as inúmeras situações sociais, que vivenciamos, na atualidade, dado o número de famílias sem a presença masculina ou sem o rendimento provido pelo homem; portanto, domicílios chefiados por mulheres: viúvas, mães

solteiras ou separadas, tem crescido muito em nossa sociedade, particularmente nas famílias atingidas pela vulnerabilidade social e pela desvantagem econômica. Muitas vezes é a mulher o único membro familiar adulto, com baixa escolaridade, com vinculação a ocupações com pouca qualificação, com inferioridade dos salários em relação aos homens e com a presença de crianças menores de 14 anos, Estes fatos sociais produzem alguns desdobramentos, contribuindo especialmente para a reprodução da pobreza entre as gerações.

4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, ressalta-se que este tema foi escolhido devido ao fato da Inclusão Social Produtiva a partir da Política de Assistência Social ser um processo ainda recente e em desenvolvimento em nosso Estado, também um espaço contraditório, de possibilidades e impossibilidades.

O projeto de pesquisa mostra-se relevante para que a partir dos dados analisados possa-se contribuir para a produção e ampliação de conhecimento sobre a questão da Inclusão Social Produtiva, também estar descobrindo as contribuições do Programa Mulheres Mil na obtenção de percepção do papel da mulher, enquanto sujeito de sua vida e de seu trabalho.

O Programa Mulheres Mil, de uma maneira geral, demonstra a necessidade de enfrentar desafios, ousar inovações, empreender novos caminhos da integração entre a educação profissional com a inclusão social e interligar setores que tradicionalmente têm atuado isoladamente.

Portanto, a oferta de cursos destinados à mulher em situação de vulnerabilidade social mostra-se, a princípio, como fundamental para o início de sua inclusão cidadã e sua emancipação e conseqüente diferenciação entre suas percepções de mundo e de seu papel na sociedade.

5. REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Portaria Nº 1.015 de 21 de julho de 2011. Publicada no DOU em 22 jul. 2011. P. 38. Seção 1.
2. ____ Lei Federal n.º 11.892/2008, nos art.2, §2, art.6º, §I, IV, IX; art.7º, §II, V.
3. ____POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Disponível em: <http://www.sedest.df.gov.br/sites/300/382/00000877.pdf>. Acesso em 02 fev. 2012.

4. MULHERES MIL. Disponível em: <
http://mulheresmil.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=53&lang=br>. Acesso em 13 out. 2012.
5. CARVALHO, L. Família chefiada por mulheres: relevância para uma política social dirigida. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano XIX, n. 57, p. 74-98, jul. 1998.
6. CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Relações de Gênero na escola: lições do projeto de formação em educação não-sexista in Lilás – Revista Informativa da Coordenadoria da Mulher, Ano III, nº 3, janeiro/2004. Prefeitura do Recife-PE.
7. FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
8. PNUD; IPEA; FJP. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. 2000.
9. PROGRAMA NACIONAL MULHERES MIL. Disponível em: <
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=8598&Itemid=>>. Acesso em 13 out. 2012.
10. PACHECO, Eliezer. Os Institutos Federais- Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica. Publicações MEC, 2010.
11. SOUSA, Valquíria Alencar de. Por uma educação escolar não sexista. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.
12. SOUZA, M. T. S. Família e resiliência. In: CERVENY, C. M. O. (Org.). Família e... São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 53-84.
13. SPOSATI Aldaíza (Coord.), Frederico Ramos, Dirce Koga, Marinalva Conserva, José Constantino Silveira Jr. E Alice Gambardella. **Topografia Social da Cidade de João Pessoa**. – João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.